

Discursos sobre a criação de estados no Pará: Questões que ecoam no tempo

Discourses on the creation of states in Pará: Issues that echo in time

https://doi.org/10.14195/2183-6019_17_11

Abstract:

In 2011, the population of Pará decided, in a plebiscite, on the political-territorial configuration of a State. The creation of new states echoed again in the journalistic coverage of the elections in 2014, as a media position in order to contribute to the public's electoral choice. In this work, we analyzed the journalistic coverage of the newspaper O Liberal during the period of campaigns for the state government in 2014, regarding the reverberation of speeches about the plebiscite held in 2011. theoretical-methodological model proposed by van Dijk (2005). The debate was reduced to the dispute of political groups already sacralized in the region against the rise of others who seek their share of power, with the consequences of erasing the historical aspirations for autonomy of the population of the Carajás and Tapajós regions. The informative role of journalism used discursive strategies

that, in the communication dispute, sought to legitimize hegemonic power structures.

Keywords: Plebiscite in Pará; discourses; creation of States.

Resumo

Em 2011, a população paraense decidiu, em plebiscito², sobre a configuração político-territorial de um Estado. A criação de novos estados voltou a ecoar na cobertura jornalística das eleições em 2014, como posição midiática de forma a contribuir para a escolha eleitoral do público. Neste trabalho analisamos a cobertura jornalística do jornal O Liberal durante o período de campanhas ao governo estadual em 2014, no que tange à reverberação de discursos sobre o plebiscito realizado em 2011. Utilizamos como metodologia a análise crítica do discurso (ACD) aos moldes do modelo

teórico-metodológico proposto por van Dijk (2005). O debate foi reduzido à disputa de grupos políticos já sacralizados na região contra a ascensão de outros que buscam o seu quinhão de poder, tendo como consequências o apagamento dos anseios históricos de autonomia da população da região do Carajás e do Tapajós. O papel informativo do jornalismo utilizou-se de estratégias discursivas que, na disputa comunicacional, buscaram legitimar estruturas de poder hegemônicas.

Palavras-chave: Plebiscito no Pará; discursos; criação de estados.

1 Especialista em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCom-UFPA). Doutoranda em Comunicação pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS-UMINHO) e integrante do Projeto de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA-PPGCom-UFPA).

2 Não encontramos muitos estudos de comunicação política em campanhas midiáticas de realização de plebiscitos e referendos no Brasil, sobretudo na Amazônia, mas para citar alguns: Aquino (2015), Borges (2020), Braga (2015), Mendonça e Cal (2012), Santos e Barros (2018), Souza e Paula (2007) e Veiga e Santos (2008).

Introdução

Neste artigo trazemos um tópico da pesquisa realizada em tese de doutorado ainda em andamento, na qual observamos, em uma das perguntas de pesquisa, como se deu a representação da realidade paraense nas suas múltiplas vertentes (social, econômica, política etc.), durante a cobertura jornalística dos jornais O Liberal e Diário do Pará durante as campanhas ao governo do Pará-Brasil, em 1998 e em 2014? Uma das nuances dessa problemática ganhou fôlego na mídia paraense em 2011, quando a população paraense foi convocada a protagonizar um acontecimento histórico na democracia brasileira.

A partir da Constituição de 1988, é prevista, em Lei Complementar, a convocação de plebiscito em casos de decisão sobre desmembramento, incorporação e subdivisão de estados com anexação a outros, ou sobre a criação de novos territórios federais (Brasil, 1988). Neste caso, o plebiscito realizado em 11 de dezembro de 2011, foi sobre a criação ou não dos estados do Carajás e do Tapajós a partir do desmembramento de atual

área que compõe o Estado do Pará, realizado da seguinte forma:

Consulta sobre a criação de dois estados: Carajás (o projeto aprovado para votação foi o PDL n.º 52/2007, de autoria do Leomar Quintanilha, à época senador do estado do Tocantins, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)); e Tapajós (projeto PDL n.º 19/1999, que foi criado por Mozarildo de Melo Cavalcanti, do Partido Popular Socialista (PPS), então deputado. (...) Os projetos foram aprovados em 2011 e numerados com o n.º 136/2011 e n.º 137/2011, respectivamente. Depois formam publicados na forma de decretos legislativos, Brasil (2011a) e Brasil (2011b) (Borges, 2020, p. 4476).

Respondendo às perguntas: “Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Carajás?” e “Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Tapajós?” votaram no plebiscito 4.848.495 eleitores, 66,6% decidiram pela não criação do Carajás e 66,08%

votaram contra a criação do Tapajós. Carajás teve pouco mais de 1% de votos nulos e 0,41% de brancos, enquanto Tapajós teve 1% de votos nulos e 0,49% de votos brancos. A abstenção dos eleitores foi de 25,71% (Tribunal Superior Eleitoral, s.d.).

A criação dos novos estados volta a ecoar na cobertura jornalística do jornal O Liberal em 2014, em processos de agendamento e enquadramento que determinaram a posição discursiva do periódico de forma a contribuir para a escolha eleitoral do público. Portanto, neste trabalho buscamos analisar como foi feita a cobertura jornalística do jornal O Liberal durante o período de campanhas ao governo estadual em 2014, no que tange à temática sobre o plebiscito realizado em 2011? E como esta questão reverberou nas páginas do jornal, em relação às candidaturas em disputa, três anos após o seu acontecimento? Quais os sujeitos envolvidos nesse processo?

Empregamos o aporte teórico-metodológico proposto por van Dijk (2005) cuja orientação a uma análise crítica sociológica, permite a construção de um diálogo entre texto e

contexto, além de multidisciplinar, trazendo contribuições de diferentes Campos de conhecimento para centrar o estudo em problemáticas e objetos que colaborem para uma melhor compreensão entre as interfaces do discurso, do poder e da ideologia, a partir da visada da linguagem enquanto instrumento de dominação e de legitimidade de determinada ordem social instituída.

O conceito de discurso é compreendido aqui como “evento comunicativo, que ocorre numa situação social, contendo uma localização espacial, temporal, participantes em diferentes papéis, ações, dentre outros” (van Dijk, 2005, p. 55).

Além desta introdução, o artigo está composto, por uma contextualização sobre o desenvolvimento das propostas de criação de novos estados na Amazônia, sobretudo na paraense, um processo que avança na história da região com a participação de diferentes grupos e discursos antagônicos. No segundo tópico, discutimos a proposta teórico metodológica que dá base analítica para nossa apreciação, a partir dos debates empreendidos por van Dijk (2005) na seara da análise

crítica do discurso (ACD). Por fim, analisamos as edições do jornal *O Liberal*, do dia 11 ao dia 25 de outubro de 2014, nos cadernos *Atualidades e Poder*, onde encontramos maior quantidade de matérias relacionadas às campanhas eleitorais. Com um volume total de 464 páginas observadas, encontramos o assunto nas páginas do jornal nos dias 16, 17, 20, 23 e 24 de outubro. Finalizamos o trabalho à guisa de conclusões.

Criação de novos estados na Amazônia: um discurso que ecoa no tempo

Os debates acerca da organização territorial forjada na Amazônia, sempre ocorreram, desde o período colonial, com a Independência do Brasil em 1822 e, persistindo até a contemporaneidade, a partir da mobilização de frentes diversas tanto regionalistas como da administração central, considerando sua melhor forma de prover o desenvolvimento do Brasil, por meio de sua abundância de recursos florestais, minerais e hídricos, integrando-se ao país e estimando a sua soberania, controle

e segurança internos. No entanto, sua formação ocorreu de modo conflituoso com disputas entre grupos externos e internos (Dutra, 1999; Fernandes, 2011; Santos & Barros, 2018; Silva 2006; Silva, 2015).

A realização do plebiscito em 2011 atualizou um debate histórico, mas que sempre foi um tabu para a região que se constituiu materialmente e simbolicamente entre o discurso de fortalecimento da unidade territorial e a necessidade de reordenamento geopolítico emancipacionista, ambos, no entanto, recobrando interesses políticos e econômicos diversos (Dutra, 1999). No ano de realização do plebiscito, o debate sobre projetos de Lei que viabilizassem a criação de novos estados e territórios no Brasil voltou à pauta das instituições políticas e midiáticas, tendo na Região Norte o seu maior número com 10 propostas; seguida da Região Sudeste com cinco; Centro Oeste com quatro e Sul com dois projetos tramitando no Congresso Nacional (Souza, 2011).

Apesar das pressões exercidas por grupos políticos localizados nessas regiões, esses projetos sempre tiveram dificuldades em avançar nas Casas

Legislativas por estas estabelecerem um maior alinhamento com o pacto federativo da União que se justifica, de forma explícita, pelo argumento da inviabilidade econômica de criação de novas unidades federativas e o impacto no equilíbrio fiscal, com a implantação de novas estruturas administrativas, e de forma implícita, para coibir o fortalecimento de bancadas políticas locais com o maior provimento de cargos e de recursos públicos como explica Silva (2006):

O discurso financeiro implica numa discussão política de re-divisão de poderes na federação e de política de desenvolvimento regional. A possibilidade da edificação de novas estruturas de poder representa excelente oportunidade para comercialização e trocas de produtos no mercado de trocas simbólicas. Os produtos aos quais nos reportamos são cargos de 150 governadores, vice-governadores, secretários estaduais e municipais, cargos de deputados estaduais, polícia civil, polícia militar, senadores (três por estado), deputados federais,

vereadores, prefeitos, Tribunais Estaduais Eleitorais (TRE), Tribunais de Conta dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público. Enfim, esse é um preço que os atuais detentores do poder em escala municipal, estadual e federal no momento não estão dispostos a pagar (Silva, 2006, p. 175).

Em relação aos projetos de criação dos estados do Tapajós e do Carajás, os esforços em relação ao primeiro são mais antigos e surgiram na década de 1950, com a formulação do conceito de Região Oeste, a pauta emancipacionista começou a fazer parte da agenda midiática e a integrar os objetivos de grupos político-sociais locais. Os argumentos que justificam a independência da região são diversos, dentre eles, os principais são a extensão territorial como inviabilidade para a gestão de um Estado com o tamanho do Pará, além do reconhecimento de um conjunto de características econômicas e identitárias que distinguem essa região do restante do território paraense (Dutra, 1999).

De 1963 a 1995, nove projetos de formação de estados ou territórios federais foram apresentados na Câmara Federal para rever os limites internos da Amazônia Legal e cinco dessas propostas eram direcionadas à criação do Tapajós. A Amazônia é a região que mais desperta desejos de reordenamento político-administrativo com a presença de atores sociais engajados na consolidação do projeto de criação do Estado que utilizam essa configuração territorial para “naturalizar a região Oeste do Pará como um espaço físico e social dotado de características particulares que se constituem, para os idealizadores do movimento, num item destacado de sua reivindicação” (Dutra, 1999, p. 87). A causa separatista é fundamental na disputa pelo controle político regional. Nas palavras de Dutra (1999, p. 127): “A região, além de sua forma concreta, é também representação e ideologia, isto é, o componente físico, territorial, não tem existência autônoma, mas é o lugar da ação política concreta, num dado momento”.

As proposições para a criação do Carajás ganharam fôlego na década

de 1970, a partir dos debates com vistas ao desenvolvimento da região, alguns eventos foram fundamentais para o fomento da questão como o nascimento da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT) cuja orientação era promover estudos técnicos, realizar um planejamento regional, angariar recursos e dialogar com grupos políticos e a sociedade para buscar maior autonomia administrativa para os municípios do Sul e Sudeste paraense, revendo, assim, as distorções do pacto federativo (Rodrigues, 2006).

Na mesma seara, em 1989, ocorreu o I Encontro Integrado dos Empresários do Sul do Pará e o II Seminário da AMAT (SEMAT) reunindo empreendedores locais, prefeitos da região e autoridades políticas das esferas estadual e federal (Santos & Barros, 2018). Ainda em 1989, o deputado estadual Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) deu entrada no primeiro projeto de criação do Carajás na Câmara Federal, posteriormente retirado de tramitação ao ser pressionado pela bancada do PMDB (Dutra, 1999).

Como base para as primeiras propostas de desmembramento das

regiões sul e sudeste paraense para a formação de uma nova unidade federativa, os pesquisadores Santos e Barros (2018) destacam o potencial hidrográfico das regiões Araguaia e Xingu e o projeto minerador *grande Carajás* que inspirou o nome do possível Estado. Morbach (2012), por sua vez, destaca o período compreendido entre 1987 e 1990, como propulsor do surgimento da *Bancada Caipira* na Assembleia Legislativa do Pará com o expressivo ingresso de deputados provenientes das regiões do sul e sudeste do Estado em busca de apoio para a formação do Carajás. Se os representantes públicos da região Oeste eram, em sua maioria, de naturalidade paraense, o mesmo era diferente em relação aos políticos do sul e do sudeste, migrantes de outros estados, estes indivíduos se fixaram no Pará, assim como boa parte da população local, promovendo uma multiplicidade identitária utilizada como discurso autonomista para a região que não se identifica com as características culturais do restante do Estado (Morbach, 2012).

Fluxos migratórios intensos orquestrados por políticas públicas

do governo federal para ocupar e desenvolver a região acontecem no Pará e trouxeram impactos à formação demográfica do Estado, especialmente no sul e sudeste, que se constituía, segundo Souza (2014), “em 78,47% distribuídos entre maranhenses (20,63%), mineiros (9,98%), rio-grandenses do sul (6,31%), tocan-tinenses (6,08%), paulistas (5,23%), baianos (4,50%) e goianos (4,36%), apenas 21,53% da população é de origem paraense” (Souza, 2014, p. 9).

O perfil socioeconômico das regiões do Tapajós e Carajás também são dissociáveis entre si e em relação ao Pará como um todo. O Tapajós está ligado à mineração, principalmente de bauxita, o cultivo da soja e da madeira. Carajás tem como forte atividade econômica, a mineração, a pecuária e a madeira. A grande massa de imigrantes que o Pará recebeu no passado e de certa forma ainda recebe, diversificou amplamente sua identidade, despojando-a cada vez mais de sua cultura mais tradicional que é de influência indígena. A região do Carajás é indiferente a essa raiz indígena da população paraense, sendo mais próxima da cultura do

Centro-Oeste e Nordeste do país. A cultura do Carajás é mais afinada com o transporte rodoviário do que o fluvial, com a geografia das pastagens e fazendas, à mata em pé (Pinto, 2013k, p. 11).

Os discursos sobre a criação do Tapajós parecem mais justificados à população que ficaria no Pará remanescente por ser mais antiga e fundamentada nos limites geográficos de Santarém, anteriormente eleita a terceira maior cidade da Amazônia. A maioria da população do Tapajós é de origem paraense e de imigrantes que estão há muito tempo na região. Em contrapartida, em Carajás, a predominância é de pessoas provenientes de outros estados, principalmente do Maranhão, Estado que possui uma rixa com o Pará, por ser visto como usurpador dos bens naturais deste. Daí as iniciativas dos emancipacionistas do Carajás de recorrer à justiça para que o plebiscito fosse realizado apenas nesta região (Pinto, 2011l, p. 5).

De maneira geral, Santos e Barros (2018) resumem da seguinte forma os discursos pró-Tapajós e pró-Carajás ao longo da história de lutas e anseios pelas suas criações:

Em tese, nos discursos pró-Tapajós, a região Oeste do Pará é vista como uma região subdesenvolvida e a espera de um processo de emancipação que garanta a existência de um Estado que proporcione o progresso da região por meio das potencialidades locais, promovendo a interligação por meio de rodovias e o aproveitamento hídrico com fins energéticos. Por outro lado, a região do Sul e Sudeste paraense é apresentada como exemplo de promessa, dinâmica, possuidora de riquezas minerais, recursos hídricos e energéticos, bem como área de expansão da fronteira agrícola brasileira. Neste caso, o Estado gerenciará as riquezas locais promovendo um maior desenvolvimento da região produtora e expansionista. Nestes termos, o Tapajós estaria à espera da estruturação com vistas ao desenvolvimento e o Carajás já possuiria as condições de desenvolvimento, apenas faltando um gerenciamento local das potencialidades e recursos para promoção do progresso e saneamento dos

problemas deste mesmo espaço (Santos & Barros, 2018, p. 693).

Em relação às características dos grupos separatistas, eles representam, principalmente, os “grandes proprietários de terra, empresários e comerciantes do Sul e Sudeste do Pará e do Baixo Amazonas” (Petit, 2003, p. 255) e seus principais argumentos são:

Vantagens sócio-econômicas e administrativas que os habitantes dos novos estados obteriam com as novas estruturas político-administrativas. Enfatizam-se as extraordinárias dificuldades que tem o governo paraense de dar conta, a partir de Belém, de seu imenso território e, sobretudo, a possibilidade de reverter para os municípios dessas regiões os impostos arrecadados pelas atividades econômicas neles desenvolvidas (sobretudo dos grandes projetos mineiros de Carajás e, no Baixo Amazonas, da extração e beneficiamento da bauxita), pondo fim ao que eles consideram desigual e, portanto, injusta distribuição das

verbas do Estado do Pará entre suas diferentes regiões. Mas, além dos impostos locais, os defensores da criação dos novos estados também justificam essa proposta com base na projeção do aumento da receita global que os três estados (Pará, Tapajós e Carajás) receberiam da União segundo disposição constitucional. Verbas, todas elas, que assegurariam a viabilidade econômica dos novos estados e também do “Pará-Remanescente”, as quais poderiam ser destinadas, segundo esses discursos, a melhorar a infra-estrutura, a educação, a segurança pública, a saúde etc. (Petit, 2003, p. 302-303).

Em 6 de janeiro de 1963, a população brasileira participou de referendo para decidir sobre o sistema de governo que iria reger o país, entre Parlamentarismo ou Presidencialismo. A população decidiu pelo Presidencialismo (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, s.d.). Em 21 de abril de 1993, os brasileiros voltaram a escolher o sistema de governo, dessa vez por meio de plebiscito, entre as opções: Monarquia

ou República e Parlamentarismo ou Presidencialismo, optando pela República e Presidencialismo (Tribunal Superior Eleitoral, s.d.).

Em 23 de outubro de 2005, o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições rejeitou o artigo 35 da Lei 10.826/2003, sobre o Estatuto do Desarmamento, proibindo o comércio desses artigos no Brasil, exceto para casos previstos no estatuto. As estratégias comunicacionais utilizadas nas campanhas das Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas (SIM) e Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa (NÃO) foram estudadas por Veiga e Santos (2008).

O plebiscito no Pará em 2011 representou mais um dispositivo democrático, o primeiro realizado para consultar a população, apenas habitante do Pará, sobre a criação de novas unidades federativas. Realizado aos moldes de uma eleição, por meio da Resolução 23.354 que dispunha sobre a conduta da propaganda política, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a organização das quatro frentes de campanha registradas e lideradas por políticos

integrantes da Assembleia Legislativa do Pará, Câmara dos Deputados e Senado Federal, sendo uma em defesa, uma contra a criação do Carajás, uma pró e uma contrária à formação do Tapajós. Todos eles usufruíram da exposição midiática experimentada durante as campanhas do plebiscito em 2011, nos anos subsequentes.

O então deputado federal Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) foi líder da frente contra a criação do Estado do Carajás. Candidato à Prefeitura de Belém em 2000, sem êxito, foi eleito prefeito somente em 2012, contando com intensa exposição na mídia à frente da campanha do plebiscito de 2011. A principal bandeira levantada pelo político, em 2012, foi a luta contra a divisão do Pará. João Salame (PPS-PA), deputado estadual e liderança da frente pró-criação do Estado do Carajás em 2011, chegou ao cargo de prefeito de Marabá em 2012, a possível capital do Estado do Carajás. Os outros presidentes das frentes foram o deputado estadual Celso Sabino (PR-PA), líder da frente contra a criação do Estado do Tapajós e o deputado federal Lira Maia (DEM-PA) gestor da frente pró-criação do Estado do

Tapajós (Aquino, 2015). Este último é um dos focos das matérias aqui analisadas mais à frente.

A contribuição da análise crítica do discurso para a construção discursiva de posicionamentos políticos

O modelo analítico que nos serve como parâmetro de análise é definido por van Dijk (2005) da seguinte forma:

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político (van Dijk, 2005, p. 19).

O autor compreende a ACD como inserida nos Estudos Críticos do Discurso (EDC), tendo como justificativa não apenas uma abordagem analítica, mas no contributo teórico e na aplicação deste. No nível micro

analítico, os empregos da linguagem, discurso e comunicação expandem-se para a dimensão macro, composta pelas relações de poder, dominação e desigualdade, que exigem uma reflexividade nos âmbitos discursivo, social, político e cognitivo, para compreender as representações sociais.

Portanto, a contribuição crítica, sociocognitiva e multidisciplinar de van Dijk (2005), é exigida para a compreensão do objeto de estudo: a cobertura jornalística das campanhas eleitorais em 2014 com a temática de criação de novos estados a partir da divisão do Pará e dos sujeitos nela representados, em uma perspectiva mais ampliada em suas relações discursivas, ideológicas e de relações de poder em contextos históricos e atuais.

A movimentação dos discursos sobre a criação de novas unidades federativas no Pará

As candidaturas em disputa ao cargo de governador do Pará em 2014 foram entre Helder Barbalho (PMDB-PA) e Simão Jatene (PSDB-PA).

Barbalho venceu o primeiro turno com 49,88% dos votos, mas no segundo turno Jatene conseguiu uma reviravolta e obteve o melhor resultado com 51,92% dos votos (Tribunal Superior Eleitoral, s/d).

Um dos resultados mais disputados da história eleitoral paraense o que demonstra um alto nível de polarização entre os candidatos e as super coligações partidárias formadas em torno deles. Segundo Veiga (2013), o PSDB somou 15 siglas enquanto o PMDB reuniu 11 agremiações, ambos garantindo melhor tempo de propaganda eleitoral na mídia e angariando mais de 98% dos votos, o que eliminou outras vias políticas compostas por partidos de pouca expressão na balança eleitoral.

Helder Barbalho iniciou sua vida política como vereador no município de Ananindeua, de 2001 a 2003. Foi deputado estadual (2003-2004) e prefeito de Ananindeua (2005-2013), o mais jovem do Pará. Em 2015, foi ministro da Pesca e Aquicultura, em seguida, ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos (2015-2016), ambos no governo Dilma Rousseff (PT) (2011-2016). De 2016 a 2018, foi

ministro da Integração Nacional no governo Michel Temer (Moraes, 2017).

Além das críticas em relação à atuação como prefeito de Ananindeua, o que pesou sobre a imagem midiática de Helder nas páginas de *O Liberal* foi o seu parentesco como filho de Jader Barbalho¹ (PMDB-PA), um dos políticos mais notórios no cenário estadual e nacional, pela longa experiência na política, mas também pelos escândalos de corrupção e pela rivalidade entre sua empresa de comunicação, a Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) que inclui um conjunto de veículos de comunicação como emissoras de rádio e televisão,

plataformas de internet e jornais, dentre eles o impresso *Diário do Pará*² e a Organização Romulo Maiorana (ORM), proprietária do jornal *O Liberal*.

Do outro lado, Simão Jatene era uma das principais lideranças à frente das campanhas contrárias à criação dos estados no plebiscito, utilizando o discurso da união para a manutenção de um Pará forte e íntegro culturalmente (Aquino, 2015). Jatene foi governador do Pará pela primeira vez no período de 2003 a 2006, eleito pela segunda vez em 2010 e reeleito em 2014. Apesar da defesa da manutenção do território paraense ter contribuído para a vitória de Jatene na região Nordeste, onde se encontraria o Pará remanescente, caso o Estado fosse desmembrado, o

processo eleitoral também desgastou sua imagem junto aos colégios eleitorais localizados nas regiões separatistas pela ausência do governador e obras inconcluídas nesses locais. Para tentar contornar a situação, Jatene prometeu uma política de descentralização administrativa que desse conta de uma maior presença da gestão em todo o Estado (Veiga, 2018).

Enquanto Barbalho já trabalhava sua estratégia de campanha de 2014 desde o ano anterior, visitando as microrregiões do Pará para se aproximar da população e acolher propostas destinadas à composição de suas promessas de governo, por meio do projeto *Conhecendo o Pará*, a distância de Jatene em relação às regiões mais afastadas da capital e área metropolitana era percebida pela população como descaso. Essa percepção de abandono pelo governo peessedebista, excessivamente centralizado na região metropolitana de Belém em detrimento das áreas mais distantes se fez presente no resultado das eleições (Veiga, 2018).

Jatene venceu em Belém, maior colégio eleitoral, com 476.408 votos (63,58%) contra 272.839

¹ Jader Fontenelle Barbalho, filho do ex-deputado estadual Laércio Wilson Barbalho (PSD-1962/MDB-1966) deu seus primeiros passos na política como líder estudantil em Belém, atuação interrompida com o início da ditadura em 1964. A partir de 1966, iniciou um ciclo de vitórias a cargos eletivos, primeiro como vereador de Belém (1967-1971), depois como deputado estadual (1971-1975) e deputado federal (1975-2011), pelo MDB/PMDB. Foi o primeiro governador do Pará eleito após o período de exceção (1983-1987). Foi ministro nas pastas do Desenvolvimento Agrário (1987-1988) e da Previdência Social (1988-1990), ambos no governo José Sarney (PMDB) (1985-1990), voltando para o cargo de governador (1991-1994). É senador desde 1995 (Petit, 2003), onde se encontra até o momento (2022).

² O *Diário do Pará*, criado por Laércio Barbalho, começou a circular nas ruas de Belém como semanário em 22 de agosto de 1982 como forma de suporte à candidatura de Jader Barbalho ao Executivo estadual, sendo, desde então, o principal meio de comunicação da família Barbalho com a sociedade. Possui uma linguagem destinada às classes mais populares, modernizou-se e cresceu, disputando a audiência, mercado publicitário e posicionamento político com o principal concorrente, *O Liberal* (Moraes, 2017).



Figura 1. “Helder foge de pergunta sobre divisão em entrevista ao Jornal Liberal”
 Fonte: "Helder foge de pergunta", 2014.

votos (36,42%) de Helder Barbalho e na vizinha, Ananindeua, segundo maior colégio eleitoral, com 134.968 (62,38%) votos contra 81.404 (37,62%) votos de Helder Barbalho, mesmo este tendo sido vereador e prefeito, mas saindo com altos índices de rejeição devido a denúncias de incompetência administrativa, assunto bastante exibido na campanha de Jatene e nas páginas de O Liberal. Já em Santarém e em Marabá, Barbalho teve o melhor resultado, obtendo 91.122 (64,50%) dos votos, enquanto Jatene alcançou 50.157 (35,5%) na primeira e 66.722 (66,46%) para Barbalho contra 33.668 (33,54%) em Jatene, na segunda (Tribunal Superior Eleitoral, s/d).

O contexto a partir do texto, pode influenciar os direcionamentos das relações de poder, pois é o modo como os produtores da comunicação assimilam os aspectos do evento em questão nos seus “modelos contextuais mentais” (van Dijk, 2005, p. 48) que vai influenciar o texto. Tais modelos correspondem às representações mentais que atuam nas propriedades do discurso, pois para entender este é preciso criar um modelo. Van Dijk

(2005, p. 24) define contexto como “estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso”. Van Dijk (2005) entende que os discursos apenas dão a ver parcelas do conhecimento, sendo a grande parte pressuposta como saber coletivo partilhado culturalmente e fundamental para apreender as notícias de forma mais ampla e reflexiva.

À altura da campanha política ao governo do Estado de 2014, a população já havia conhecimento do contexto mais amplo e anterior de realização do plebiscito de 2011, no qual Barbalho não participou ativamente das campanhas nem de forma favorável e nem contrária à criação dos estados, mas Jatene sim, com atitude contundente, reprovando o surgimento das unidades federativas, assim como já era do conhecimento da população, especialmente de Ananindeua, a reprovação do governo Barbalho neste município, contexto de forte argumentação política, retomado na construção discursiva de O Liberal.

A cobertura jornalística impressa das eleições de 2014 no jornal

paraense demarcou claramente o lugar de fala deste, a partir do discurso favorável a Jatene e contrário a Barbalho, bem como foi direcionada a estratos da população localizados em regiões estratégicas para buscar o apoio de seus eleitores, configurando um resultado nas urnas semelhante ao do plebiscito em 2011, no qual a grande maioria da população localizada na região nordeste, onde encontra-se a capital e sua região metropolitana, a mais populosa, foi contra a criação dos novos estados, enquanto nas regiões Oeste, Sul e Sudeste, o SIM aos novos estados venceu com folga.

Ao todo, seis peças trouxeram a questão da divisão do Pará para a criação de novos estados à tona, após três anos do acontecimento do plebiscito. A primeira aparição da questão do separatismo foi na edição do dia 16 de outubro em entrevista televisiva ao Jornal Liberal 2ª Edição (Figura 1).

Segundo van Dijk (2005, p. 27), as “estruturas do discurso influenciam as representações mentais”. Para os leitores dos jornais, os títulos carregam a informação mais importante da notícia, correspondendo,

*Ao todo, seis
peças trouxeram a
questão da divisão
do Pará para a
criação de novos
estados à tona,
após três anos do
acontecimento
do plebiscito*

assim, ao ápice dos seus modelos mentais preferenciais. Primeiramente, percebemos como uma das possibilidades de leitura que o periódico atribui a Barbalho a questão sobre seu posicionamento em relação ao reordenamento do Pará para a criação dos novos estados e que, segundo narrativa do jornal, o candidato teria fugido da pergunta, apesar da insistência do entrevistador, obteve respostas vagas e alinhadas ao discurso do candidato de criticar a gestão de Jatene que teria intensificado, ao longo de seu governo, esse sentimento de urgência de uma reparação histórica da administração estadual para com as regiões separatistas.

O discurso reacendia o sentimento de perigo iminente do separatismo no Estado, sensação esta que voltava a ameaçar a população pela aproximação do peemedebista ao governo estadual e daqueles que o seguiam, mas que também reverberava uma lacuna no debate da questão de suma importância para o Estado. Barbalho teria sua imagem discursiva desenhada como a de um político oportunista que estaria fazendo o jogo de tentar agradar a todas as regiões para

conseguir alcançar o melhor resultado nas urnas.

Em outra ocasião, durante debate televisionado, o candidato teria sido novamente interpelado pelo adversário e teria evitado o desgaste que um posicionamento claro traria para a sua imagem junto aos eleitores da região do Pará remanescente, como exposto na nota abaixo:

Em recente entrevista ao Jornal Liberal 2ª Edição, Helder Barbalho não respondeu se apoia a divisão do Pará, apesar da insistência do apresentador. Ele se desviou na TV, mas não consegue esconder a realidade. Seu vice, o deputado Lira Maia (DEM), é liderança separatista no oeste do Estado. Outro apoiador do peemedebista, o deputado Giovanni Queiroz (PDT), sonha em criar o Estado de Carajás (Repórter 70, 2014a).

Dentre as lideranças das frentes havia o deputado federal santareno Lira Maia, candidato a vice-governador de Barbalho em 2014. Maia foi prefeito de Santarém – possível

capital do Tapajós - de 1997 a 2000 e reeleito de 2001 a 2004, mas depois não conseguiu mais voltar ao cargo, além de responder a processos movidos contra ele nas instâncias legais. Maia também é proprietário de fazendas cuja atividade predominante é a pecuária e membro do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém (SIRSAN). Como representante dessa classe, atua pelo fortalecimento do poder de seus pares e vive embates com grupos extrativistas e de outras atividades agrícolas que disputam interesses político-econômicos com os pecuaristas (Porter, 2007).

O deputado federal atuou ainda como um dos articuladores na Câmara Federal da celeridade na votação do projeto de convocação do plebiscito em 2011 junto com os deputados federais Giovanni Queiroz (PDT-PA) e Zequinha Marinho (PSC-PA). Os parlamentares realizaram uma manobra política sobrepondo o projeto à pauta da Câmara Federal e exigindo sua aprovação por votação exclusiva dos líderes, sem ter que ir ao plenário para decisão coletiva (Pinto, 2011).

Segundo narrativa jornalística, Maia seria recordista em processos

em âmbito nacional e um dos principais interessados na divisão do Pará para a criação do Tapajós, onde ele teria maior força política para pleitear o cargo de governador, além de outros benefícios fiscais e políticos que a administração de um Estado lhe renderia. Seu papel como vice de Helder alinhava os objetivos de ambos, como evidenciado em nota abaixo:

A divisão do Estado, que voltou a ser discutida com a candidatura de Lira Maia a vice na chapa do PMDB, é rejeitada por quase 70% do eleitorado das áreas de fora do oeste e do sul do Estado (...) Daí que o candidato Helder Barbalho acende uma vela para os eleitores de lá e outra para os de cá. A ideia é manter a porta do galinheiro aberta para saciar a sede de poder (Repórter 70, (2014b)).

Tal modo de escrita vai ao encontro da explicação de van Dijk (2005, p. 27): “a argumentação pode ser persuasiva por causa das opiniões sociais que estão ‘escondidas’ nas suas premissas implícitas e que são

assim dadas como adquiridas entre os receptores”. No discurso jornalístico, Helder teria vergonha de expor o vice candidato seja pelo seu histórico de problemas na justiça, seja pelo seu posicionamento explícito durante as campanhas plebiscitárias pró-Tapajós, o que seria uma deslealdade para com a população majoritariamente contrária à criação dos estados, conforme resultado do pleito nas urnas, contudo esta encontrava-se centralizada na região de Belém, o que evidencia que o jornal falava diretamente para esta parcela da população, sem considerar as regiões Oeste e Sudeste que foram, em sua maioria, pró-estados, seus motivos e anseios são completamente silenciados no jornal.

Em 24 de outubro o jornal volta a exibir nota com linguagem mais ácida para atacar a postura de Helder Barbalho em não posicionar seu interesse em dividir o Pará para criar o Estado do Tapajós:

Estas eleições, decididamente, estão marcadas pela traição ao eleitor: do Barbalhinho, que faz discursos diferentes em diversas regiões do Estado para agradar

Elcione, mãe de Helder, apoia a divisão do Pará

A deputada federal Elcione Barbalho (PMDB), mãe do candidato do PMDB ao governo do Pará, Helder Barbalho, apoia a divisão do Pará. Ela assinou o requerimento de criação dos Projetos de Emenda Constitucional 297 e 327, de autoria dos deputados Giovanni Queiroz (PDT) e Joaquim de Lira Maia (DEM), o vice de Helder nestas eleições, que criam os estados de Carajás e Tapajós a partir de plebiscito realizado apenas nas regiões que querem se separar do Pará.

Os projetos de Giovanni Queiroz e Lira Maia excluem da votação no plebiscito os eleitores de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Cupanema, Bragança, ou seja, todos eleitores de 77 municípios da Região Metropolitana, do nordeste do Pará, do Baixo Tocantins e do arquipélago do Marajó.

Além de Elcione Barbalho,

também assinaram as PECs os deputados peemedebistas José Priante e Asdrubal Bentes, este cassado pelo Supremo Tribunal Federal, posteriormente. Dos 17 deputados federais do Pará, 12 assinaram as PECs que propõe a mudança da constituição para que só os eleitores das áreas que seriam divididas possam votar no plebiscito para a separação do Estado.

Protocolada no último dia 22 de agosto, o Projeto de Emenda Constitucional 297/2013, de autoria do deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA), foi protocolado na Câmara dos Deputados em 22 de agosto de 2013. Ele acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, para definir o conceito de população diretamente interessada para os casos de desmembramentos, visando à criação de novos estados.

A Constituição de 1988 em seu artigo 18, parágrafo 3º, estabeleceu a possibilidade da criação de novos estados, a partir da incorporação, subdivisão e desmembramento para anexação a outro Estado ou para criação de novos Estados, após a aprovação em Plebiscito, ouvida a população diretamente interessada.

Consta que o constituinte originário de 1988 ao dizer que a população diretamente interessada deveria se manifestar em plebiscito, pretendeu que nos casos de desmembramento, somente aqueles eleitores da área emancipada, estariam aptos a participar da consulta popular.

Ocorre que por alteração infraconstitucional, no caso, a Lei nº 9.709, de 18.11.98, esta, trouxe no seu artigo 72, novo regramento a expressão população diretamente interessada para os

casos de desmembramento, passando a estabelecer que tanto os eleitores da área a ser desmembrada, quanto, os da área remanescente, deveriam ser ouvidos em Plebiscito.

Destaque-se que esta mudança legislativa contrariou de forma frontal a vontade do constituinte originário, mutilando seu desejo, que era de assegurar somente aos eleitores da área desmembrada, a possibilidade de se manifestar no plebiscito.

Cabe salientar que Plebiscito não cria estado ou município, mas serve para saber o que pensa a população da área desmembrada, que é um requisito fundamental no processo emancipatório, pois a possibilidade de se criar um novo ente da federação contra a vontade da sua população, ofende também a vontade do constituinte originário.

Figura 2 – “Elcione, mãe de Helder, apoia a divisão do Pará”
“(Elcione, mãe de Helder”, 2014)”

separatistas ou não; que usa a imagem da presidente Dilma apenas quando lhe convém; que, pelo óbvio, extirpa o nome do pai, Jader, da campanha; e de Jefferson Lima, segundo candidato mais votado ao Senado, que apunhalou seus mais de 700 mil eleitores pelas costas. Sujeira pouca é bobagem (Repórter 70, 2014c).

Neste excerto, identificamos a presença de termos depreciativos recorrentemente utilizados em vários textos jornalísticos para se referir a Helder Barbalho. O primeiro deles é “Barbalhinho” para designar o candidato no diminutivo, o filho do “Barbalhão”, deslegitimando sua imagem perante o leitor, sempre associada à do pai, a essa altura já bastante comprometida na percepção do eleitorado, além das palavras “traição” e “sujeira”. O discurso busca desacreditar todos os apoiadores do candidato ao afirmar que ele próprio teria vergonha de ser associado a eles, como veremos outros exemplos no dia 20 de outubro, com a indicação do jornal de que a mãe de Helder, ex-mulher de Jader e

deputada federal pelo PMDB, Elcione Barbalho apoiava a divisão do Pará (Figura 2).

O plebiscito de 2011 não encerrou o debate sobre a formação do Carajás e do Tapajós, projetos de reestruturação político-administrativa do território que mais avançaram na região amazônica. Após a derrota das regiões que buscam emancipar-se do atual Estado do Pará, novas tentativas foram buscadas pelos representantes públicos dessas regiões, como os autores dos Projetos de Emenda Constitucional 297 e 327 mencionados no texto jornalístico. Dessa vez com a estratégia de excluir parte significativa da população considerada diretamente interessada conforme dispositivo constitucional, a dos municípios localizadas na porção Nordeste do Estado, a qual ficaria no território do Pará remanescente e que já havia se posicionado majoritariamente contra o surgimento dos estados.

De todo o material observado, esse foi o mais informativo em relação ao sufrágio público pleiteado e seus mecanismos legais previstos na Constituição, apesar de ser um texto mais técnico e aparentemente explicativo,

observa-se o teor crítico do jornal ao acionar trechos como “mutilando o seu desejo” e “contra a vontade da sua população” para criticar a iniciativa dos políticos mencionados, dentre eles Lira Maia, Giovanni Queiroz e Asdrubal Bentes, já abordados aqui, além de Elcione Barbalho, mãe do candidato e José Priante, primo, ambos do PMDB e apoiadores de sua candidatura.

Essas construções discursivas e associações de agentes políticos aos interesses personalistas de criação de novas unidades administrativas estão mais ligadas às práticas de representação social do jornal para desacreditar as candidaturas de Helder Barbalho no momento de sua circulação. Segundo Santos e Barros (2018) que analisaram matérias veiculadas pelo Diário do Pará e O Liberal em torno da criação do Carajás na década de 1980, o jornal porta voz da família Barbalho era mais crítico ao surgimento do Estado do que O Liberal. O próprio Jader Barbalho, então governador do Pará em 1984, percorria o sul do Estado inaugurando obras como rodovias e redes de energia elétrica com pronunciamentos

de enfraquecimento dos movimentos separatistas locais, semelhantes aos discursos jornalísticos e políticos contemporâneos.

Neles encontram-se a enunciação da diferença para legitimar identidades, o *paraensismo*, não representativo de toda a heterogeneidade política e cultural existente no Estado, mas considerada superior e, portanto, a única aceita sobre todas as outras não legítimas, posto que advindas de fora, dos processos migratórios de pessoas que aqui se estabeleceram, produziram e cresceram, assim, seria ingratidão querer tomar para si o que lhe foi dado. No entanto, em 1984, Jader Barbalho defendia a manutenção do *status quo*, coibindo qualquer ameaça de ingresso nas estruturas de poder naturalizadas, enquanto em 2014, Helder Barbalho representava essa ameaça à organização política da época.

Em Aquino (2015), a partir da análise do discurso dialógica, observou-se como se constituíram as estratégias discursivas presentes nas campanhas televisivas das frentes pró e contra a criação dos estados do Carajás e do Tapajós no Horário

Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) dedicado ao plebiscito de 2011. As categorias de análise desenvolvidas permitiram a identificação dos seguintes discursos: *integridade regional; desenvolvimentismo; estados que deram certo; extensão territorial; abandono e ingovernabilidade; ingerência externa e estados inviáveis*.

Borges (2020) analisou, à luz da Análise Crítica de Gêneros e da Análise Crítica do Discurso, a construção simbólica do território e dos sujeitos hegemônicos nele presentes em programa da frente do NÃO Carajás, exibido durante o HGPE do plebiscito de 2011, no intuito de compreender a representação da realidade social pautada em relações desiguais de poder ao reproduzirem, como demonstrado historicamente, o discurso *patriótico* de defesa da identidade paraense tradicional e hegemônica para justificar a contrariedade à separação. Junto com os ingredientes do patriotismo, encontrou também o discurso do *medo* pela perda dos atributos singulares do Pará, da *militância* em favor do posicionamento em defesa da unidade do Estado e da *usurpação* atribuída ao sujeito separatista,

também nomeado de *outro*, apagado historicamente para ser acionado discursivamente como adversário do *nós/a gente*, o que condiz com um processo de construção de relações de superioridade e de domínio pela linguagem a ser partilhado coletivamente.

Tendo em vista que o estudo ainda se encontra em desenvolvimento, os resultados obtidos até o momento são de que o anseio de autonomia da população da região do Carajás e do Tapajós é latente por motivos socio identitários, políticos e econômicos que não tiveram os devidos esclarecimentos das proposições durante o momento mais oportuno, o plebiscito de 2011. Contudo, a cobertura da imprensa evidenciou o jogo político, deixando claro que os discursos acionados representaram os interesses das elites políticas do Estado e não necessariamente das populações envolvidas, tornando o debate sobre a criação de novas unidades federativas uma disputa entre grupos políticos com interesses particulares em disputa, muito aquém da seriedade que a temática exige e do papel de informar o eleitor que o jornalismo exerce. Na

mesma formatação, tais discursos voltam a ecoar nas campanhas de 2014, no sentido de polarizar a disputa para atacar determinados grupos políticos.

Considerações Finais

Nossas considerações finais são de que a cobertura jornalística observada representa apenas uma perspectiva do cenário político implementado no Pará, formado por discursos percebidos na superfície materializada dos textos jornalísticos. Conhecer este quadro mais a fundo exige um esforço epistemológico que vai além de nossos objetivos e possibilidades aqui delineados. Contudo, entendemos que os resultados esperados evidenciam o emprego de estratégias discursivas que, em uma disputa comunicacional, buscam legitimar um projeto de Estado hegemônico, contra o ingresso de novas lideranças políticas como a de Helder Barbalho e a de Lira Maia que, por sua vez, entraram em conflito com grupos que pretendem reproduzir sua hegemonia de controle das estruturas de poder, como a de Simão Jatene e a do PSDB. Grupo já sedimentado com o apoio do veículo de comunicação

O Liberal e sob ameaça de se enfraquecer com a ascensão de outras lideranças emancipacionistas.

As matérias foram marcadas por denúncias e ataques às imagens dos candidatos e de seus apoiadores. Simão Jatene chegou à disputa já com uma percepção de governo desgastada, cujos projetos de coligação *União pelo Pará* ou *Juntos com o Povo*, já não tinham mais a mesma envergadura para convencer a população após 16 anos de governo tucano, de que ainda haveria fôlego para atuar de forma eficiente em toda a dimensão territorial do Pará, com diversos problemas socioeconômicos e múltiplas identidades culturais.

Não obstante, os discursos mobilizados por O Liberal em relação a Helder Barbalho, Lira Maia e seus aliados políticos, constituíram, por meio de predicativos e expressões, sentidos sobre suas imagens que denunciavam o uso de suas candidaturas para alcançar objetivos particulares ambiciosos e não condizentes com a vontade da maioria da população que votou e decidiu pelo não surgimento dos estados. Dessa forma, buscamos problematizar o papel desses grupos

políticos, cuja batalha discursiva teve na imprensa um palco fundamental.

Entendemos que a cobertura eleitoral midiática é constituída de relações discursivas complexas em função de seus modos e práticas sociais de produção, circulação e consumo. A produção das matérias jornalísticas envolve o trabalho de jornalistas que dedicam diferentes tratamentos às notícias, conforme orientações empresariais, de forma a contribuir com possibilidades de leitura, assimilação e interpretação das informações apresentadas ao cidadão.

Referências

- Aquino, E. (2015). *Sim ou não? O plebiscito no Pará em 2011, estratégias discursivas e sentidos nas campanhas televisivas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/7316>
- Júnior, C. B. (2020). O programa eleitoral em um plebiscito de divisão do estado do Pará eo uso do discurso patriótico para a construção simbólica do território e dos agentes envolvidos. *Fórum*

- Linguístico*, 17(1), 4474-4491. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2020v17n1p4474>
- Braga, T. (2015). *Nem eu, nem o outro; qualquer coisa de intermédio: Estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação dos estados de Carajás e de Tapajós* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8924>
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 22 jan. 2013.
- Dutra, M. (1999). *O Pará dividido: Discurso e construção do Estado do Tapajós*. Ufpa Naea.
- Fernandes, D. (2010). *A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2993>
- Mendonça, R., & Cal, D. (2012). A quem concerne o plebiscito sobre a divisão do estado do Pará? Legitimação e contestação do direito à fala em uma comunidade do Facebook. Em XXI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) (pp. 1-17). Compós.
- Moraes, L. (2017). *Antagonismo político na arena midiática: escândalos na eleição ao governo do Pará em 2014* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9295>
- Morbach, M. (2012). *As perspectivas políticas da criação do Estado de Carajás a partir do ponto de vista das representações parlamentares municipais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4986>
- Elcione, mãe de Helder, apoia a divisão do Pará. (2014, 20 de outubro). O Liberal.
- Helder foge de pergunta sobre divisão. (2014, 16 de outubro). O Liberal.
- Helder Barbalho esconde o vice, Lira Maia, campeão nacional de processos. (2014, 17 de outubro). O Liberal
- Repórter 70. (2014a, 20 de outubro). O Liberal.
- Repórter 70. (2014b, 23 de outubro). O Liberal.
- Repórter 70. (2014c, 24 de outubro). O Liberal.
- Petit, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Paka-Tatu.
- Porter. (2007, dezembro 19). Os interesses de Lira Maia. Análise de Conjuntura. <http://analisedeconjuntura.blogspot.com.br/2007/12/os-interesses-de-lira-maia.html>
- Pinto, L. F. (2011a, outubro). Alguém pensa nele? *Jornal Pessoal*, XV(503), 1-3.
- Pinto, L. F. (2013, março). Pará: plebiscito e interesses, os de ontem e os de sempre. *Jornal Pessoal*, XXVI(533), 10-11.
- Pinto, L. F. (2011b, julho). Redivisão do Pará: 2 e não 3 estados? *Jornal Pessoal*, XXIV(492), 5.
- Rodrigues, M. (2006). *Região, regionalização e rede política: Um estudo sobre a atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal

- do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1876>
- Santos, R. J., & Barros, L. F. (2018). Divide et impera: a tentativa de divisão do Pará e da criação do estado de Carajás (1984–1992). *Tempos Históricos*, 22(2), 679-714. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/19512>
- Silva, M. (2006). *Arranjos político-institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais: A divisão territorial de Marabá na década de 1980* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará]. Repositório da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2633>
- Silva, C. H. D. (2014). *O Pará aos pedaços: projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <http://doi.org/10.11606/D.8.2014.tde-07052015-145049>
- Souza, C. (2014). A secessão nortista: aspectos socioeconômicos da redivisão territorial no Estado do Pará. *Banco da Amazônia*, 9(9).
- Souza, C. (2011). Os discursos divisionistas e a criação de novos estados na Amazônia: impacto no arranjo federativo. Em XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enampad) (pp. 689-715). Enampad.
- Souza, N. & Paula, C. (2007). Evento novo, velha mídia: os jornais e o referendo no Paraná. Em XXI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) (pp. 1-9). Compós.
- Tribunal Superior Eleitoral. (s.d.). Eleições Plebiscitos e Referendos. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*. Campo das Letras
- Veiga, E. (2018). *Competição política no Pará: 1930-2014 - atores, partidos e eleições*. Universidade Federal do Pará.
- Veiga, L. F., & Santos, S. A. D. (2008). O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. *Revista brasileira de ciências sociais*, 23, 59-77. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100004>

Recensões Críticas

